

Aprovado em CA de
2012.05.17

Raul Mascarenhas

Raul Mascarenhas
Presidente do Conselho de Administração

Carla Reis Santos
Vogal do Conselho de Administração

SPMS

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2011



Índice

Sumário executivo	3
Capítulo I – Governo da Sociedade.....	5
Caracterização da empresa.....	5
Missão e Objetivos.....	5
Políticas da Empresa	7
Modelo de Governo.....	8
Órgãos Sociais	8
Remunerações e outros Direitos	11
Organograma	13
Serviço Público.....	14
Obrigações de Serviço Público	14
Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público	14
Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público	15
Princípios de Bom Governo	16
Regulamentos Externos e Internos.....	16
Divulgação da informação	19
Código de Ética.....	22
Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas.....	24
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.....	29
Balanço Social	30
Capítulo 2 - Síntese das atividades desenvolvidas em 2011.....	36
Transações e Aquisições mais relevantes	36
Atividades por Área	37
Capítulo 3 – Cumprimento das Orientações Legais.....	43
Cumprimento das Orientações Legais	43
Gestão de Risco Financeiro	44
Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	44
Capítulo 4 – Demonstrações Financeiras.....	46
Balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	46
Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	47
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	48
Demonstrações de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.....	49

Anexo I – Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011.....	50
Principais Indicadores de Gestão (Dez 2011)	70

Sumário executivo

Em 2011, a atividade da SPMS, EPE foi influenciada por diversas mudanças internas, quer ao nível estrutural, de paradigma de gestão ou mesmo de atribuições, e pela conjuntura externa de mudança de Governo. No entanto, apesar das mudanças e da crise que afeta o mundo financeiro e económico, é de sublinhar os resultados positivos alcançados pela SPMS, EPE no ano passado.

No cumprimento da sua Missão, as atividades da SPMS, EPE em 2011 centraram-se na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de Compras e Logística, Financeiros e Recursos Humanos às Instituições e Serviços do Ministério da Saúde. No final de 2011 foi, também, atribuída à SPMS, EPE a responsabilidade das TIC na saúde. Estas atividades foram apoiadas pelos diversos Serviços Corporativos e Internos da empresa.

Destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas em 2011, pelas diferentes áreas de atuação:

- Elaboração de procedimentos de Acordos Quadro, Concursos Públicos, Ajustes Diretos e Convites ao abrigo do artigo 259.º do CCP, para medicamentos e vacinas, material de consumo clínico, reagentes, prestações de serviços médicos, prestações de serviços de informática e gases medicinais;
- Celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento de medicamentos do foro oncológico, antissépticos e desinfetantes, medicamentos de consumo geral, medicamento do sistema cerebrospinal, seringas, agulhas e contraceptivos, vacinas e tuberculina, luvas de uso médico e corretivos de volémia;
- Prestação de serviços na área das Compras e Logística, Contabilidade e Gestão Financeira, Recursos Humanos e/ou Apoio à Gestão a diversas instituições do Ministério da Saúde;
- Consolidação da imagem institucional com o desenvolvimento do Plano de Comunicação, Templates, Newsletters e preparação do caderno de encargos para um novo site;
- Análises sobre recursos humanos e investimentos em Hospitais selecionados, aquisições de medicamentos em meio hospitalar, prescrição eletrónica de medicamentos e respetivas exceções.
- Preparativos para a internalização da contabilidade;

- Resposta aos compromissos internos (processamento de vencimentos, plano de férias, controlo da assiduidade, etc.) e externos (mapas de custos de pessoal para Tutela, DGO, IGF, etc. e balanço social), em matéria de Recursos Humanos.

A execução da Missão e dos Objetivos, traçados para 2011, apenas foi possível com o contributo dos 210 colaboradores da SPMS, EPE.

No total, foram efetuadas Compras no valor total de €18.865.610, 1,7% das quais através de Concursos Públicos, 25% de Ajustes Diretos e 73% por Convites ao abrigo do artigo 259º do Código dos Contratos Públicos.

Realizaram-se 6.558 Contratos Públicos de Aprovisionamento na área do medicamento e dispositivos médicos. Dos medicamentos autorizados pelo Infarmed, AEX e AUEs, 10,4% encontravam-se no Catálogo, o que corresponde a 68,7% do valor total das aquisições de medicamentos em meio Hospitalar.

O valor total faturado aos clientes pela prestação de serviços foi de €9.087.646, com um prazo médio de recebimento de 95 dias e de pagamento de 97 dias.

Em suma, no ano de 2011 a SPMS, EPE registou um resultado positivo, demonstrando uma autonomia financeira superior a 67%. No primeiro balanço, a SPMS apresenta um valor total do ativo de €8.674.312.

Capítulo I – Governo da Sociedade

Caracterização da empresa

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS, EPE), foi criada em 2010 pelo Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de Março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Saúde, sem prejuízo do regime aplicável às entidades públicas empresariais.

O capital estatutário da SPMS, EPE é inicialmente de 6 milhões de euros, detido pelo Estado e realizado em numerário.

Missão e Objetivos

De acordo com o Decreto-Lei que a criou, a **Missão** da SPMS, EPE consubstancia-se na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros e de recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde. Já no decorrer do ano de 2011, o Decreto-Lei nº 108/2011, de 17 de Novembro atribui, também, à SPMS, EPE competências no domínio dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

É Missão da SPMS, especificamente em cada área de atividade:

- **Compras e logística** – centralizar, otimizar e racionalizar a aquisição de bens e serviços e disponibilizar serviços de logística, possuindo atribuições em matéria de estratégia de compras, procedimentos pré-contratuais, contratação pública, logística interna, pagamentos e monitorização de desempenho.

- **Financeiros** – a cooperação, a partilha de conhecimentos e de informação e o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços nas áreas de gestão financeira e de contabilidade, possuindo atribuições em matéria de planeamento e preparação de orçamento, controlo orçamental, gestão de contratos, contabilidade analítica, contabilidade geral, pagamentos e cobranças e tesouraria.
- **Recursos Humanos** – a disponibilização de um serviço partilhado de recursos humanos de elevada eficiência e níveis de automatização, possuindo atribuições em matéria de levantamento da informação e diagnóstico, processamento de salários e indicadores de gestão.
- **Sistemas e Tecnologias de Informação** – a cooperação, a partilha de conhecimento e informação e o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços nas áreas dos sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, garantindo a operacionalidade e segurança das infraestruturas tecnológicas e dos sistemas de informação do Ministério da Saúde e promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde, entre si e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública.

Os **Objetivos Gerais** da SPMS consubstanciam-se na prestação de serviços partilhados pela assunção integral dos segmentos da atividade de unidades orgânicas dos serviços e dos estabelecimentos do SNS nas áreas de partilha, ou seja em matéria de compras e logística, de serviços financeiros e de recursos humanos.

Na lógica de serviços partilhados importa a agregação de serviços que possam, com o desenvolvimento da sua prestação, abranger transversalmente várias unidades de saúde e ou serviços, otimizando procedimentos e elevando a eficiência, contribuindo para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

Os **Objetivos Estratégicos** que orientam o Mandato de 2011-2013, conforme descrito no Plano Estratégico, são:

- OE1.** Implementar e Promover Serviços Partilhados de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- OE2.** Desenvolver Serviços Partilhados de Compras;
- OE3.** Fornecer outros Serviços Partilhados.

Políticas da Empresa

A SPMS, EPE beneficia do direito exclusivo de exercer a atividade de disponibilização dos serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e tecnologias de informação e comunicação, aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde, nos casos em que estes recorram a uma solução de serviços partilhados para assegurar o exercício daquelas funções.

Por despacho do membro do governo responsável pela área da saúde, a utilização dos serviços partilhados disponibilizados pela SPMS, EPE pode ser determinada, com carácter de generalidade, para a totalidade ou parte dos serviços e instituições do SNS ou dos órgãos e serviços do Ministério da Saúde.

A SPMS, EPE pode, acessoriamente, exercer quaisquer atividades, complementares ou subsidiárias do seu objeto principal, que não prejudiquem a prossecução do mesmo. De igual modo a SPMS, EPE pode, também, constituir ou participar noutras empresas públicas ou sociedades, mediante autorização conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Saúde.

Modelo de Governo

O Modelo de Governo da SPMS, EPE cumpre as regras de segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, cujas identidades, responsabilidades específicas, remunerações e demais benefícios são divulgados publicamente.

Órgãos Sociais

De acordo com o Capítulo II do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de Março, os Órgãos Sociais da SPMS são compostos por um Conselho de Administração e um Fiscal Único.

Para o Mandato de 2011-2013 foram nomeados, por Resolução de Conselho de Ministros nº 15/2011, de 24 de Agosto, como membros do Conselho de Administração da SPMS, EPE:

Presidente: Dr. Raul José Fonseca Mascarenhas

Vogal: Dr.ª Carla Sofia Baptista Reis Santos

Vogal: Dr.ª Sara Lourenço Fernandes Duarte

Como Fiscal Único foi nomeada a empresa KPMG e Associados – SROC, S.A.

Compete ao Conselho de Administração, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 8º do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de Março e respetivo anexo.

Ao abrigo do disposto nos artigos 35º e 36º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do artigo 11º dos Estatutos constantes do Decreto-Lei nº 19/2010, 22 de Março, o **Conselho de Administração da SPMS, EPE procedeu à delegação de competências** nos seguintes termos:

1 – No Presidente do Conselho de Administração, Raul Mascarenhas:

- a) Acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade da SPMS e, em especial, assegurar a coordenação das áreas de sistemas de informação e serviços corporativos;
- b) Representar institucionalmente a SPMS;

- c) Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas, sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos fornecedores e clientes;
- d) Assegurar a regularidade da cobrança das dívidas e autorizar a realização e o pagamento da despesa da SPMS;
- e) Tomar as providências necessárias à conservação do património afeto ao desenvolvimento da sua atividade e autorizar as despesas inerentes, tal como previstas no plano de investimentos;
- f) Autorizar a abertura de procedimentos pré-contratuais, a designação dos júris e demais formalidades incluindo a realização da audiência prévia de interessados ou respetiva delegação no júri do procedimento, a adjudicação e realização da despesa, bem como os atos relativos à celebração de contrato escrito e respetiva execução relativamente a obras de construção, beneficiação, ampliação, remodelação ou conservação das instalações e a aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 193.000,00;
- g) Autorizar o pagamento de despesas;
- h) Autorizar a utilização de veículo próprio em serviço oficial, nos termos a regulamentar pelo Conselho de Administração.

2 - Na Vogal do Conselho de Administração, Carla Reis Santos:

- a) Coordenar os serviços internos, designadamente, recursos humanos, financeiros, informáticos, logísticos e patrimoniais;
- b) Executar os atos preparatórios ou instrumentais inerentes ou decorrentes da celebração, prorrogação, resolução e caducidade dos contratos de trabalho;
- c) Fixar, de acordo com as orientações do Conselho de Administração, os horários específicos de trabalho e autorizar os respetivos pedidos;
- d) Autorizar a ausência e decidir sobre a justificação das faltas dadas pelos trabalhadores, bem como a concessão de licenças;
- e) Aprovar o plano de férias anual, bem como as respetivas alterações, autorizar o gozo de férias antes da aprovação do plano e a transição de férias para o ano civil subsequente;
- f) Autorizar a frequência de ações de formação, colóquios, seminários e cursos, realizados em Portugal, bem como as respetivas despesas;
- g) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante, bem como autorizar as prerrogativas ao mesmo inerente;

- h) Conceder as licenças e dispensas previstas no âmbito da proteção da parentalidade;
- i) Autorizar as deslocações em serviço e o processamento das despesas respetivas;
- j) Garantir a aplicação do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- k) Autorizar a prestação de trabalho suplementar e o respetivo pagamento;
- l) Autorizar o pagamento de vencimentos, suplementos e outros abonos;
- m) Autorizar a abertura de procedimentos pré-contratuais, a designação dos júris e demais formalidades incluindo a realização da audiência prévia de interessados ou respetiva delegação no júri do procedimento, a adjudicação e realização da despesa, bem como os atos preparatórios da celebração de contrato escrito e respetiva execução relativamente a obras de construção, beneficiação, ampliação, remodelação ou conservação das instalações e a aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 193.000,00;
- n) Autorizar o pagamento de despesas.

3 - Na Vogal do Conselho de Administração, Sara Fernandes Duarte:

- a) Assegurar a coordenação geral da Central de Compras e Gestão de Clientes – Serviços Partilhados;
- b) Assegurar a gestão do catálogo de aprovisionamento público da saúde (CAPS); em especial, praticar todos os atos relacionados com a formação e execução dos contratos públicos de aprovisionamento;
- c) No âmbito de processos de compra não abrangidos pelo CAPS, autorizar a abertura de procedimentos pré-contratuais, a designação dos júris e demais formalidades incluindo a realização da audiência prévia de interessados ou respetiva delegação no júri do procedimento, a adjudicação e realização da despesa, bem como, os atos preparatórios da celebração de contrato escrito e respetiva execução, até ao montante de € 193.000,00.
- d) Autorizar o pagamento de despesas.

Remunerações e outros Direitos

• Mandato 1: 2010-2011

Conselho Administração

Presidente - Remuneração: € 4.752,55; Despesas de Representação: € 1.663,39

Vogais – Remuneração: € 4.204,18; Despesas de Representação: € 1.261,25

Fiscal Único: Nomeado apenas no Mandato 2: 2011-2013.

Remunerações ano 2011 (Mandato 1: 1 de Janeiro -15 de Agosto 2011)

	Presidente	Vogal	Vogal
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	59.592,68	45.236,58	10.679,95
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	-2.227,00	-1.785,10	-420,40
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	-6.033,39	-4.806,82	-1.051,01
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	51.331,29	38.644,66	9.208,54
1.5. Senha de presença (€)			
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)			
1.7. Remuneração variável (€)			
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)			
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)			
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)			
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)			
2.3. Subsídio de deslocação (€)			
2.4. Subsídio de refeição (€)	251,93	589,26	106,75
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)			
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Proteção Social (€)	4.206,96	3.366,79	793,23
3.2. Seguros de saúde (€)			
3.3. Seguros de vida (€)			
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)			
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€) ADSE	573,87	459,08	108,14
4. Parque Automóvel			
4.1. Marca	BMW	Citroen	
4.2. Modelo	320 D	C5	
4.3. Matrícula	48-FJ-34	18-04-TF	
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	AOV	Empréstimo SUCH	
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)			
4.6. Ano Início	Janeiro 2011*	Janeiro 2011	
4.7. Ano Termo	Agosto 2011	Maio 2011	
4.8 N.º prestações (se aplicável)			
4.9. Valor Residual (€)			
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	747,68*	NA	
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)			
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)			
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)			
5. Informações Adicionais			
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Sim	Não	Não
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem (€)			
5.3. Regime de Proteção social			
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	Não	Não
5.3.2. Outro (indicar)	CGA	CGA	CGA
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)			
5.5. Outras (identificar detalhadamente)			

* Passagem do SUCH para a SPMS em Maio de 2011, com 1ª fatura a ser paga à Leaseplan em Julho de 2011
Valor mensal pago à Leaseplan - 747,68€

• **Mandato 2: 2011-2013**

Conselho Administração

Presidente – Remuneração: € 6.178,31

Vogais – Remuneração: € 5.285,25

Fiscal Único: Num primeiro Despacho foi fixada a remuneração mensal ilíquida equivalente a 25% do vencimento base mensal do presidente do CA da SPMS, EPE. Este Despacho foi posteriormente retificado, sendo atribuída ao Fiscal Único uma remuneração ilíquida equivalente a 22,5% do vencimento mensal do presidente do CA da SPMS, EPE.

Remunerações ano 2011 (Mandato 2: 16 Agosto-31 Dezembro 2011)

	Presidente	Vogal	Vogal
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	35.166,43	29.245,05	29.245,05
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	-1.903,87	-1.462,24	-1.462,24
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	-3.166,81	-2.778,29	-2.778,29
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	30.095,75	25.004,52	25.004,52
1.5. Senha de presença (€)			
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)			
1.7. Remuneração variável (€)			
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)			
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)			
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)			
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)			
2.3. Subsídio de deslocação (€)			
2.4. Subsídio de refeição (€)	414,19	405,65	405,65
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)			
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Proteção Social (€)	3.199,74	2.750,51	1.705,25
3.2. Seguros de saúde (€)			
3.3. Seguros de vida (€)			
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)			
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€) ADSE			375,05
4. Parque Automóvel			
4.1. Marca			
4.2. Modelo			
4.3. Matrícula			
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)			
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)			
4.6. Ano Início			
4.7. Ano Termo			
4.8 N.º prestações (se aplicável)			
4.9. Valor Residual (€)			
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)			
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)			
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)			
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)			
5. Informações Adicionais			
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)			
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem (€)			
5.3. Regime de Proteção social			
5.3.1. Segurança social (s/n)	sim	sim	Não
5.3.2. Outro (indicar)			CGA
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)			
5.5. Outras (identificar detalhadamente)			

Organograma

Para o cumprimento da sua Missão e Objetivos, a SPMS, EPE (organograma infra) organiza-se por áreas de prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde através de estruturas próprias nas áreas de compras e logística, financeiros, recursos humanos e de sistemas e tecnologias de informação.



Os Serviços Corporativos apoiam o Conselho de Administração na gestão, controlo e supervisão dos vários serviços prestados. Os Serviços Internos fornecem serviços de suporte a toda a estrutura organizativa da SPMS, EPE.

Serviço Público

Obrigações de Serviço Público

Em consonância com o direito exclusivo de exercer a atividade de disponibilização dos serviços partilhados específicos da área da saúde, a SPMS, EPE tem obrigação de contratar os bens e serviços de que não disponha e que sejam necessários à prossecução das atribuições estabelecidas, respeitando as regras de contratação pública e de boa gestão aplicáveis às empresas do sector empresarial do Estado. Desta forma, deixa de pender sobre o mesmo e as instituições e serviços do SNS a responsabilidade pelo fornecimento de serviços que, pela sua natureza e relevância estratégica, podem e devem ser garantidos por um único fornecedor a todas as entidades do sistema de saúde o que permite a sua libertação para se concentrarem na prossecução das suas atividades nucleares: a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos.

A atividade da entidade está orientada no sentido de contribuir para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público e para a obtenção de níveis adequados de satisfação das necessidades da população.

A SPMS, EPE atua, também, subsidiariamente face aos fins e competências prosseguidos pela Gestão Partilhada de Recursos da Administração (GERAP, EPE), e da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, EPE), articulando-se com as mesmas para este efeito.

Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público

Em observância ao disposto no nº 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de Março, a prestação dos serviços partilhados disponibilizados pela SPMS, EPE pode ser determinada, com carácter de generalidade, para totalidade ou parte dos serviços e instituições do SNS ou dos órgãos e serviços do Ministério da Saúde. Uma outra forma de articulação, aliás também prevista no diploma supra mencionado é a celebração de contratos programa a estabelecer com os Hospitais EPE.

O membro do Governo responsável pela área da Saúde pode emitir orientações e instruções à SPMS, EPE e verificar o seu cumprimento, no âmbito da prestação da sua atividade, quanto aos seus objetivos estratégicos, o orçamento, a programação da atividade económica da empresa e outras decisões de importância análoga.

Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

Para além dos proveitos subjacentes às remunerações das prestações de serviços, a SPMS, EPE é financiada pelos respetivos capitais próprios.

No âmbito das atribuições consignadas no artigo 2º dos estatutos pode a SPMS, EPE, em observância com o disposto do artigo 21º dos mesmos, contrair financiamentos, internos ou externos, a curto, médio ou longo prazo, em moeda nacional ou estrangeira, bem como emitir obrigações e papel comercial, nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Princípios de Bom Governo

Regulamentos Externos e Internos

Desde a sua criação e definição das respetivas atribuições, o desenvolvimento diário das atividades da SPMS, EPE, rege-se por um conjunto de regulamentos externos e internos, nomeadamente:

Regulamentos Externos:

- **Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de Março:** criação da SPMS como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, com alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de Novembro**.
- **Resolução de Conselho de Ministros nº 15/2011, de 24 de Agosto:** procede à nomeação dos órgãos sociais da SPMS, EPE.
- **Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro:** regime jurídico do Setor Empresarial do Estado (SEE), com as alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto** e pela **Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro**.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março:** aprova os Princípios de Bom Governo das empresas do SEE.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007, de 7 de Maio:** define a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de Abril:** define as orientações estratégicas do Estado destinadas ao setor empresarial do Estado.
- **Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março:** aprova o Estatuto do Gestor Público, com alterações e republicação introduzidas pelo **Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de Janeiro**.
- **Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro:** aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do estado e demais entidades públicas.

- **Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro** e legislação complementar: aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Foi alterado pelo **Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro** e pela **Lei nº 3/2010, de 27 de Abril**.
- **Despacho nº 14277/2008, de 8 de Maio**: estabelece as condições concretas da prestação de informação das empresas públicas não financeiras à Inspeção-geral de Finanças e à Direção-geral do Tesouro e Finanças.
- **Despacho nº 15836/2011, de 25 de Agosto**: fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração da SPMS.

Regulamentos Internos:

- **Regulamento do Conselho de Administração**: estabelece as regras aplicáveis ao funcionamento do Conselho de Administração da SPMS, EPE nos termos do disposto no artigo 10º n.º 2, do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de Março.
- **Deliberação nº 370/2011, de 25 de Agosto**: delega competências dos membros do Conselho de Administração.
- **Regulamento Interno**: estabelece a estrutura orgânica e as competências dos serviços da SPMS, EPE.
- **Código de Ética**: determina os princípios e valores genéricos que regem a atuação da SPMS, EPE nas relações com os seus *stakeholders*, bem como as normas de ética profissional a observar por todos os seus colaboradores.
- **Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas**: identifica as áreas de risco e respetivas medidas preventivas, no que concerne à corrupção e infrações conexas.
- **Guia de Comunicação e Imagem**: identifica procedimentos de comunicação interna e externa de forma a garantir uma imagem institucional forte e coesa.
- **Procedimentos Financeiros**: determina, no modelo de internalização da contabilidade, o funcionamento interno dos serviços financeiros da SPMS, EPE assim como a sua ligação aos restantes serviços e entidades externas.

- **Comunicações Móveis:** define as regras de atribuição de equipamento de comunicações móveis de voz e ou de dados.
- **Circular Informativa nº 1/2012:** informa os procedimentos necessários a seguir por todos os serviços e organismos do Ministério da Saúde e instituições do SNS em matéria de aquisições e utilização de tecnologias de informação na Saúde.
- **Circular Informativa nº 2/2012:** faz um ponto de situação em matéria de aquisições e utilização de tecnologias de informação na Saúde desde a entrada em vigor o Despacho nº 1760/2012, de 7 de Fevereiro.
- **Circular Informativa nº 3/2012:** informa os procedimentos e prazo de execução de alterações de infraestrutura na Rede Informática da Saúde (RIS) como referencia para todas as entidades e organismos do Ministério da Saúde ligadas à RIS.

Divulgação da informação

Conforme previsto pelos Princípios de Bom Governo, a SPMS, EPE divulga no seu *site* institucional (www.spms.pt) os documentos de gestão considerados mais relevantes:

- **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas:** de acordo com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção criado pela Lei nº 54/2008 a SPMS, EPE cumpre a legislação e regulamentação em vigor, especialmente no que respeita às normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, e de natureza laboral, desenvolvendo o referido Plano;
- **Relatório de Gestão e Contas 2010:** descreve as atividades e contas da empresa entre 19 de Julho de 2010, data em que o Conselho de Administração anterior iniciou funções e 31 de Dezembro;
- **Plano Estratégico e de Atividades 2011-2013, Plano de Atividades e Orçamento 2012:** estes documentos espelham os objetivos e atividades traçadas pelo Conselho de Administração, incluindo o enquadramento da SPMS, EPE (atribuição, missão, valores, princípios orientadores, princípios éticos e valores), modelo de governação (composição e mandato dos órgãos sociais, delegação de competências, poderes de tutela, supervisão e controlo e organograma), recursos humanos e financeiros existentes, objetivos estratégicos e orçamento e as atividades a desenvolver em 2012 em função da missão e objetivos.
- **Divulgação da situação das Dívidas a Fornecedores:** Nos termos do disposto no nº 8 do artigo 183.º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, divulga-se a situação das dívidas a fornecedores reportadas a 31 de Dezembro de 2010 e a 30 de Junho de 2011;
- **Código de Ética:** aprovado pelo Conselho de Administração da SPMS, EPE em Setembro de 2011, é aplicável a todos os seus trabalhadores e colaboradores, independentemente da natureza do seu vínculo contratual ou posição hierárquica.
- **Regulamento Interno:** que estabelece a estrutura orgânica e as competências dos serviços da SPMS, EPE.

Para além dos documentos de gestão acima enumerados, são também publicadas no site da PMS, EPE informações institucionais tais como a Missão, Organograma, Órgãos Sociais, responsabilidades do Conselho de Administração e remuneração dos Órgãos Sociais bem como notícias relacionadas com a atividade da empresa.

Quadros-síntese de avaliação dos Princípios de Bom Governo

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual		X		
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organograma	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			Integrado no Relatório e Contas 2011 que será publicado no site
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			Integrado no Plano Estratégico 2011-2013 publicado no site
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Com periodicidade regular (mensal, trimestral ou anual), a SPMS, EPE presta, ainda, **Informações Financeiras** à DGO e DGTF, conforme previsto Lei.

Reportes Mensais

Entidade	Informação	Data limite	Forma de Envio
DGO	Balancete Analítico Mensal	Último dia do mês	Serviço online DGO
DGTF	Mapa de demonstração fluxos de caixa	15 de cada mês	SIRIEF
DGTF	Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	Último dia do mês	SIRIEF
DGTF	Saldo Dívidas vencidas	Último dia do mês	SIRIEF

Reportes Trimestrais

Entidade	Informação	Data limite	Forma de Envio
DGO	Balanço Previsional anual do ano corrente e a Demonstração Financeira Previsional	Último dia do mês seguinte	Serviços online DGO
DGO	Dívida e ativos expressos em títulos da dívida emitidos pelas administrações públicas		
DGTF	Balanço		SIRIEF
DGTF	Unidades de Tesouraria		
DGTF	Demonstrações dos Resultados por Natureza		
DGTF	Número de colaboradores		

Reportes Anuais

Entidade	Informação	Data limite	Forma de Envio
DGO	Estimativa do balanço e Demonstração de Resultados	28 de Fevereiro do ano seguinte	Serviços online DGO
DGO	Demonstrações financeiras previsionais para o ano em curso e seguinte (Orçamento de Estado)	Data a indicar pela DGO	

Código de Ética

O Código de Ética da SPMS, EPE foi aprovado através de Deliberação do C.A., em 22 de Setembro de 2011 e visa estabelecer os princípios e valores genéricos que regem a atuação da SPMS, EPE nas relações com os seus *stakeholders*, bem como as normas de ética profissional a observar por todos os seus colaboradores, em cumprimento do determinado pelo nº 14 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 01 de Fevereiro, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.

Todos os trabalhadores e colaboradores da SPMS, EPE, independentemente da natureza do seu vínculo contratual ou posição hierárquica, devem conhecer e interiorizar os princípios a seguir elencados no Código de Ética, como referencial de conduta permanente.

- **Profissionalismo:** respeitar os padrões das funções que desempenham e da empresa que representam, cumprindo com zelo e eficiência as responsabilidades e deveres que lhes sejam cometidos, com vista à maximização das capacidades profissionais e dos resultados obtidos.
- **Integridade e independência:** atuar em todas as ocasiões com lealdade e boa-fé, adotando uma conduta insusceptível de levantar suspeições quanto à sua honestidade e integridade. Os trabalhadores da SPMS asseguram em permanência, uma conduta equidistante relativamente aos interesses com que sejam confrontados, pautando a sua atuação de acordo com imperativos de rigor e autonomia técnica.

Os trabalhadores devem garantir uma independência absoluta entre os seus interesses pessoais e da SPMS.

- **Lealdade e cooperação:** desempenhar adequadamente e com eficiência as tarefas que lhes são atribuídas, garantindo sempre a total transparência e lisura no relacionamento interpessoal, devendo, designadamente, manter informados todos os colegas intervenientes no mesmo assunto acerca dos trabalhos em curso e fomentar a apresentação de contributos e sugestões de melhoria. Os deveres de lealdade e colaboração pressupõem ainda uma atitude de respeito pelos compromissos assumidos verbalmente ou por escrito.

- **Igualdade de tratamento:** Encontra-se vedado o exercício de qualquer tipo de discriminação, em especial, com base no género, na nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, capacidade física ou orientação sexual.

- **Sigilo profissional:** Guardar sigilo acerca de factos ou documentos que tomem conhecimento no exercício das suas funções, não devendo, designadamente, proceder à divulgação de informações referentes à organização e à atividade da SPMS bem como de quaisquer questões e matérias relacionadas com a atividade exercida no seio da empresa.

O dever de sigilo impende não só sobre os produtos e serviços específicos da SPMS como ainda sobre todos os dados a que qualquer colaborador possa ter acesso sobre clientes.

- **Orientação para o cliente:** Evidenciar, no seu relacionamento com os clientes e entidades externas, disponibilidade, eficiência, correção e cortesia.
- **Responsabilidade com a empresa:** Manifestar total disponibilidade na condução dos assuntos da empresa, assegurando com empenho as tarefas diárias e informando acerca da sua evolução, permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas que se mostrem adequadas. Os trabalhadores devem respeitar e proteger o património da SPMS não permitindo a utilização abusiva dos serviços, equipamentos ou instalações.
- **Compromisso:** Empenhar todos os conhecimentos e capacidades no cumprimento das tarefas que lhes estejam confiadas e usar de lealdade para com os colegas, superiores hierárquicos e colaboradores na sua dependência. As atividades de desenvolvidas devem revestir-se de padrões de elevada qualidade, transparência e rigor, de modo a que as decisões sejam atempadas, devidamente ponderadas e fundamentadas.

Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas

No âmbito da Recomendação aprovada em 1 de Julho de 2009, pelo Conselho de Prevenção da Corrupção a SPMS, EPE, ciente da necessidade e complementaridade deste novo instrumento de gestão, aprovou em Outubro de 2011 o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Este Plano inicia-se com a proclamação de um firme **Compromisso Ético** transversal dos vários intervenientes nos procedimentos, com a adesão a um conjunto de princípios e valores fundamentais de relacionamento, designadamente: i) Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir; ii) Comportamento profissional; iii) Consideração ética nas ações; iv) Responsabilidade social; v) Não exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções na empresa ou criar situações de conflitos de interesses; vi) Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões; vii) Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares; viii) Manutenção da mais estrita isenção e objetividade; ix) Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação; x) Igualdade no tratamento e não discriminação; xi) Declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções; xii) Respeito e proteção dos bens da empresa, não permitindo a sua utilização abusiva; xiii) Adoção de Medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e despesas, a fim de permitir o uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

Esse compromisso ético deve funcionar como referência basilar das atitudes e comportamentos dos colaboradores no exercício das suas atividades, de forma a fazer sobressair o interesse público e o espírito de serviço e dinamizar mecanismos inovadores que acrescentem valor à gestão e aumentem a satisfação de todos os interessados. Assim, aos valores acima descritos, acresce ainda um conjunto de deveres profissionais específicos relativos à conduta pública de todos os trabalhadores e colaboradores da empresa, densificados no Código de Ética da SPMS, EPE.

São estas as principais normas de conduta que ilustram a forma como os valores devem ser assegurados e que orientam o relacionamento dos trabalhadores e colaboradores com a diversidade de interlocutores no exercício da sua atividade.

Foram sinalizadas na SPMS, EPE, as seguintes **Áreas de Risco**:

- a) Contratação Pública
- b) Recursos Humanos
- c) Gestão Financeira

As medidas preventivas indicadas, por cada área de responsabilidade, integram, de forma meramente exemplificativa, medidas existentes e a adotar, tendo em conta as funções e o grau de risco inerente.

Os riscos devem ser classificados segundo uma escala de *risco elevado* (E), *risco moderado* (M) e *risco fraco* (F), em função do grau de probabilidade de ocorrência e da gravidade das suas consequências. Tal probabilidade é aferida pela caracterização e especificidades funcionais de cada uma das competências ou funções de cada área de responsabilidade.

Vejamos os quadros com o detalhe da análise desenvolvida:

Contratação Pública

Situação potenciadora de risco	Grau	Medidas de prevenção
Inexistência ou existência deficiente, de sistema estruturado de avaliação das necessidades	M	Implementação de um sistema estruturado de avaliação das necessidades; elaboração de plano formal anual de compras
Tratamento deficiente das estimativas de custo	M	Implementação de sistema de controlo; base de dados com informação relevante sobre histórico de aquisições; conceber indicadores que permitam a monitorização da execução das aquisições e cálculo de poupanças
Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para a elaboração de projetos	M	Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários
Indefinição de responsabilidade de cada um dos intervenientes; deficiência de segregação de funções no decurso do procedimento	M	Definição prévia de níveis de responsabilidades assegurando que existe segregação de funções. Aprovação de manual de procedimentos
Desadequação de quantidades requeridas	M	Junção à proposta de aquisição, de nota síntese sobre o circuito operacional de levantamento de necessidades
Inexistência ou existência deficiente de previsão de vicissitudes do procedimento; controlo deficiente dos prazos	F	Rigorosa avaliação de riscos jurídicos; implementação de um sistema de controlo formal, com cearização através de cronogramas dos potenciais incidentes
Ausência de verificação sobre a existência de oferta no mercado e comparação de preços	M	Definição clara do objeto do procedimento sem intervenção de qualquer possível fornecedor; análise efetiva do mercado
Fundamentação insuficiente da escolha do procedimento adotado	M	Justificar a escolha do procedimento, distinguindo critérios materiais e em função do valor
Inexistência ou existência deficiente, de sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar procedimentos pré-contratuais	M	Reforçar a rotatividade dos membros designados para a composição dos júris; implementação de um sistema de controlo interno que garanta a fiabilidade e a inexistência de riscos
Previsão de critérios de avaliação das propostas, com dados não quantificáveis nem comparáveis	F	Garantir que os critérios de adjudicação são enunciados de forma clara e suficientemente pormenorizada nos instrumentos de concurso; que o modelo de avaliação das propostas tem um carácter objetivo e que o preço das propostas é avaliado em referência a parâmetros de razoabilidade
Participação dos mesmos intervenientes na análise de propostas e na redação de contratos	F	Implementação de medidas de segregação funções
Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	F	Garantir que o clausulado é claro e rigoroso
Inexistência de controlo relativamente à vigência dos contratos	M	Garantir a monitorização do prazo de duração do contrato; evitar a previsão da possibilidade de renovação automática dos contratos
Falta de acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante	M	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução do contrato mediante a fiscalização regular do desempenho, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade fixados
Ausência de controlo rigoroso dos custos do contrato	M	Garantir a concordância dos valores orçamentados com os custos contratados
Ausência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	M	Calendarização sistemática
Existência de conflitos de interesses que interfiram com a transparência dos procedimentos; existência de favoritismo injustificado	F	Implementação de medidas de segregação funções
Existência de situações de conluio entre concorrentes e de eventual corrupção dos funcionários	M	Exigência de declaração de eventuais impedimentos dos intervenientes no procedimento

Recursos Humanos

Situação potenciadora de risco	Grau	Medidas de prevenção
Utilização de critérios de recrutamento e de avaliação com uma excessiva margem de discricionariedade	F	Elenco objetivo de critérios de seleção de candidatos que permita que a fundamentação das decisões de contratar seja facilmente perceptível e sindicável
Favorecimento ilícito na escolha de recursos a contratar	F	Processo de recrutamento em várias fases; participação de diversos intervenientes no processo de recrutamento; determinação de regras de rotatividade dos elementos que compõem os júris de avaliação e seleção
Divulgação de informação confidencial	F	Mecanismos de acesso e acompanhamento restrito dos processos de recrutamento
Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação	M	Formação interna, sensibilização dos intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, de avaliação, ou outros atos de gestão de pessoal, para a necessidade de fundamentação das suas decisões
Utilização excessiva do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes	F	Aprovação de regulamento interno sobre organização e duração do tempo de trabalho
Utilização da contratação a termo ou das prestações de serviços para satisfação de necessidades permanentes	F	Implementar um sistema de planeamento laboral; reporte anual com parametrização de necessidades
Não disponibilização, aos interessados, de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa aos procedimentos de seleção ou de avaliação de pessoal	F	Tornar acessível ao público em geral, todo o acervo de informação sobre a empresa e respetiva política laboral

Gestão Financeira

Situação potenciadora de risco	Grau	Medidas de prevenção
Assunção de despesas sem prévia autorização	F	Informatização integrada dos procedimentos de controlo interno e contabilidade
Controlo interno deficiente quanto à execução dos contratos	M	Elaboração de manual de procedimentos; procedimentos efetivos e documentados; maior responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras
Deficiência ao nível da inventariação e avaliação dos bens	M	Efetiva segregação de funções

Na sequência da aprovação e implementação do presente Plano, a SPMS, EPE deve proceder a um, rigoroso controlo de validação, no sentido de verificar a conformidade factual entre as normas nele sistematizadas e a respetiva e efetiva aplicação, através da criação de métodos e definição de procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento e prossecução das suas atividades de forma adequada e eficiente.

Numa fase de implementação inicial, na senda da Recomendação do CPC de 1 de Julho de 2009, a SPMS, EPE, deve fixar como objetivo de monitorização periódica a realização e consolidação do relatório anual de avaliação de execução interna do Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Com vista à concretização de tal desiderato, devem ser cometidas aos responsáveis de cada área de atividade, designadamente:

- a) A responsabilidade pela execução efetiva do Plano na parte respetiva;
- b) A iniciativa de apresentação, a todo o momento, de propostas de correção e atualização;
- c) O reporte semestral de seguimento de execução, ao Conselho de Administração, respeitante à respetiva área de atividade, que inclua, entre outros aspetos,
 - ✓ A identificação de novos riscos de corrupção e infrações conexas;
 - ✓ A identificação das medidas de mitigação adotadas e das medidas prospetivas a implementar;
 - ✓ A descrição dos riscos eliminados ou cujo impacto foi reduzido e daqueles que se mantêm.

O presente Plano institui-se como um instrumento de gestão dinâmico e flexível que deve ser acompanhado na sua execução com vista à aferição da efetividade, utilidade, eficácia e eventual correção das medidas propostas. Nessa medida, considerando alterações do nível de risco, da estrutura orgânica da SPMS, EPE ou em função de novos condicionalismos internos e externos, ser alterado de molde a acolher e refletir os riscos específicos da sua atividade.

A reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS), cujo foco é acrescentar valor para o cidadão tendo por objetivo conseguir bons resultados de forma eficiente e mais equitativa, prevê a adoção de serviços partilhados na área da saúde com a visão da promoção de eficácia e eficiência em organizações dos sectores público e privado, permitindo não só elevadas poupanças, criação de sinergias e aumento de produtividade, como também benefícios ao nível da qualidade do serviço prestado e da qualidade e celeridade da informação de gestão produzida.

Neste âmbito, foi criada pelo Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de Março, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 108/2011, de 17 de Novembro, a SPMS, EPE, com atribuições na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e tecnologias de informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do SNS, órgão e serviços do Ministério da Saúde e quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

No que respeita aos Acordos Quadro, têm sido adotadas medidas que permitam a racionalização da despesa pública e a obtenção de poupanças.

Na atuação da SPMS, EPE, será sempre promovida a não discriminação, designadamente, em função do género, da nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social, capacidade física ou orientação sexual, tendo em vista a igualdade de tratamento e de oportunidades e uma atuação justa e imparcial.

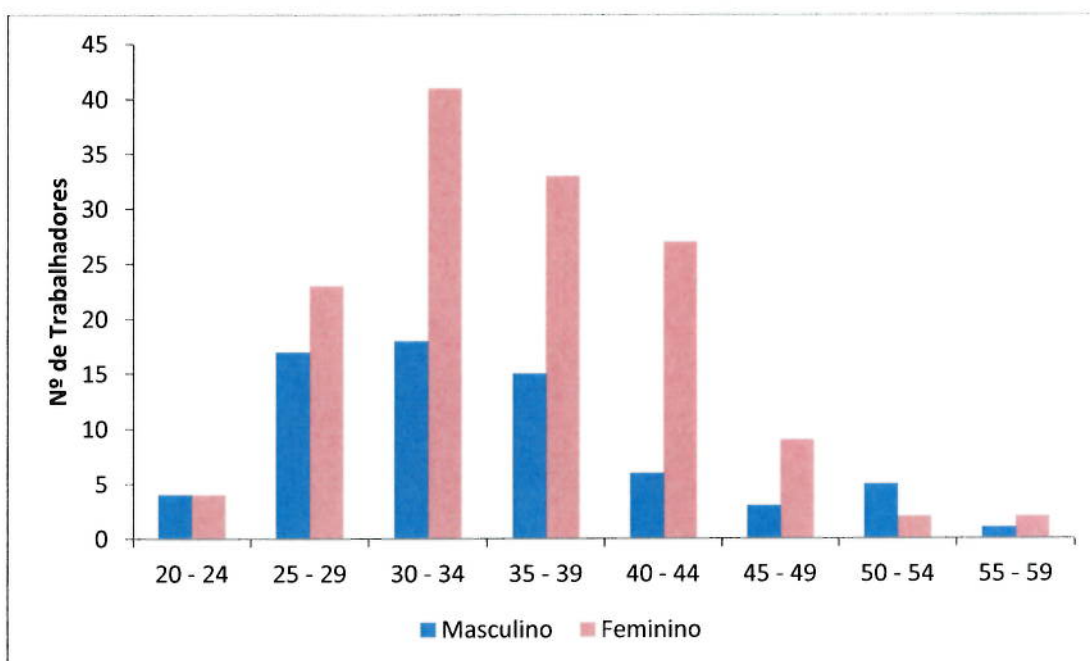
Balanço Social

A 31 de Dezembro de 2011, o número de trabalhadores da SPMS, EPE ascendia a 210, dos quais 69 (33%) pertenciam ao sexo masculino e 141 (67%) ao feminino.

A SPMS, EPE apresenta uma **estrutura etária** muito jovem, com uma taxa de envelhecimento (>55 anos) de 1,4%.

Mais de 50% dos trabalhadores da SPMS, EPE encontravam-se nas classes etárias dos 30-34 anos e 35-39 (28% e 23%, respetivamente). Em ambos os sexos, a classe modal é a dos 30-34 anos.

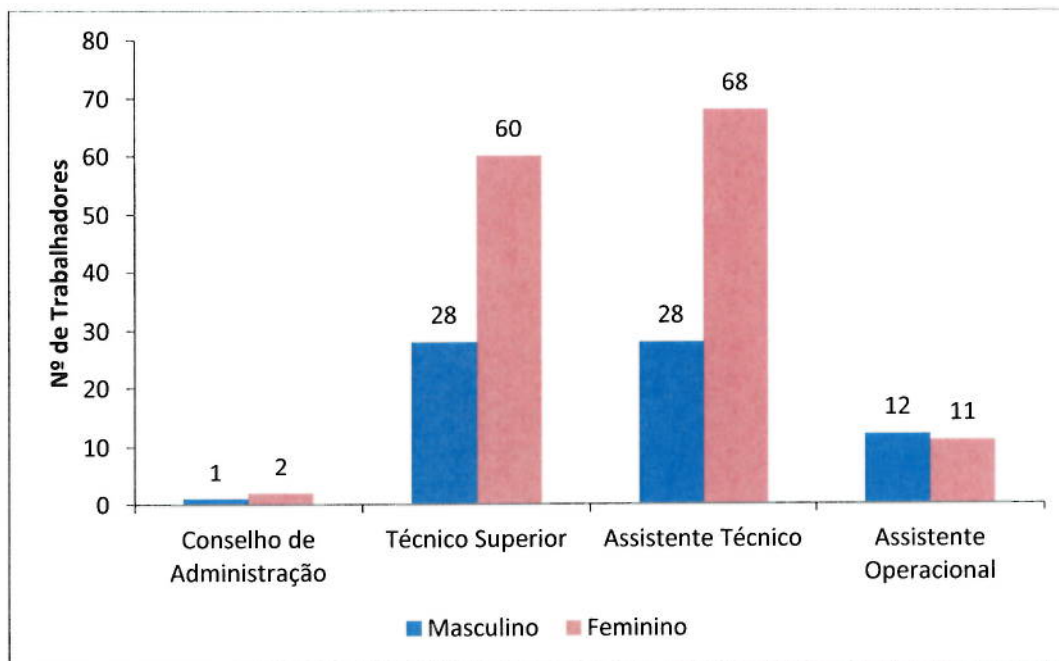
Trabalhadores da SPMS, EPE a 31 de Dezembro de 2011, segundo o Escalão Etário e Sexo



No grupo etário mais jovem (20-24 anos) existe uma paridade Homem/Mulher que vai-se alterando a favor das mulheres à medida que aumenta o grupo etário, com inversão aos 50-54 anos, em que a percentagem de homens é superior à das mulheres.

No referente aos efetivos por **carreira profissional**, destacam-se os Assistentes Técnicos (45%), seguidos dos Técnicos Superiores (42%).

Trabalhadores da SPMS, EPE a 31 de Dezembro de 2011, segundo o Grupo Profissional



Neste sentido, a taxa de tecnicidade em sentido restrito é de 42% e em sentido lato¹ atinge os 85%.

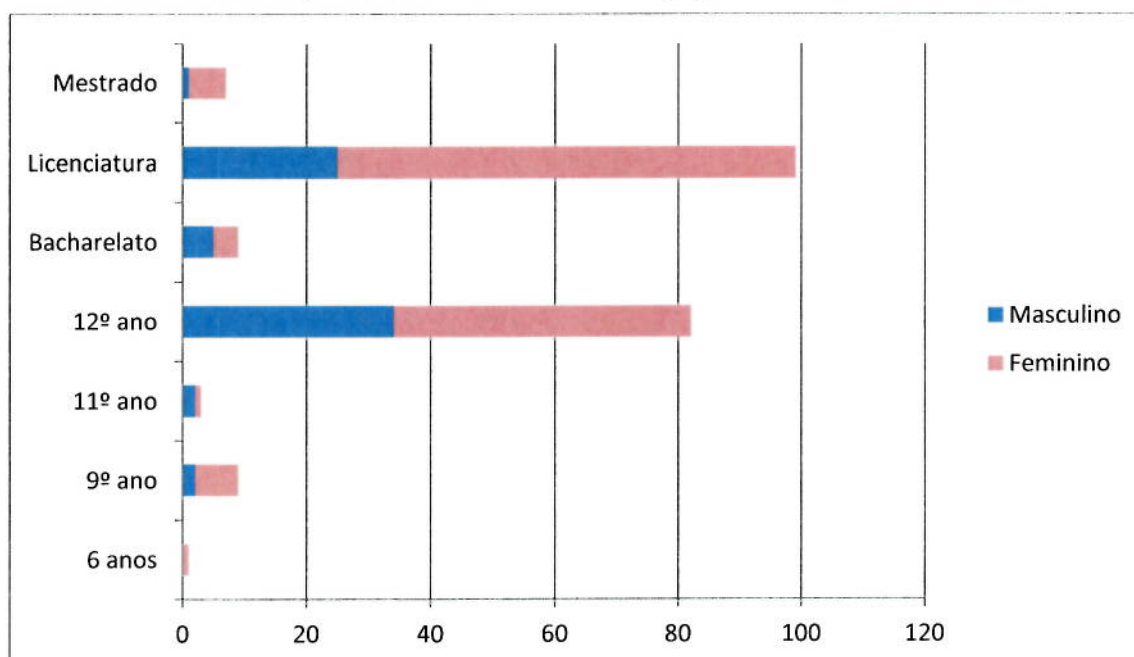
No que respeita à **modalidade de vinculação**, destacam-se largamente os Contratos de Trabalho no âmbito do Código de Trabalho (96,5%) seguidos dos Contratos de Trabalho em Funções Públicas (1,4%) e das Comissões de Serviço no âmbito do Código Trabalho (1%).

¹ Sentido restrito= (Técnico Superior + Informático)/Total de trabalhadores *100;

Sentido lato= (Técnico Superior + Assistente Técnico + Informático)/ Total de trabalhadores *100

No cômputo geral, o grau de licenciatura é o **nível de escolaridade** mais representativo nos trabalhadores da SPMS, EPE em Dezembro de 2011 (47%). No entanto, este padrão, não se verifica de igual modo entre os sexos. Entre os trabalhadores do sexo feminino a licenciatura é o nível de escolaridade mais predominante (52%) mas no sexo masculino é o 12º ano de escolaridade (49%).

Trabalhadores da SPMS, EPE a 31 de Dezembro de 2011, segundo o Nível de Escolaridade e sexo



A taxa de formação superior² em 2011 era de 54% (45% no sexo masculino e 60% no sexo feminino). Não existiam trabalhadores com nível de escolaridade inferior a 6 anos nem com Doutoramento.

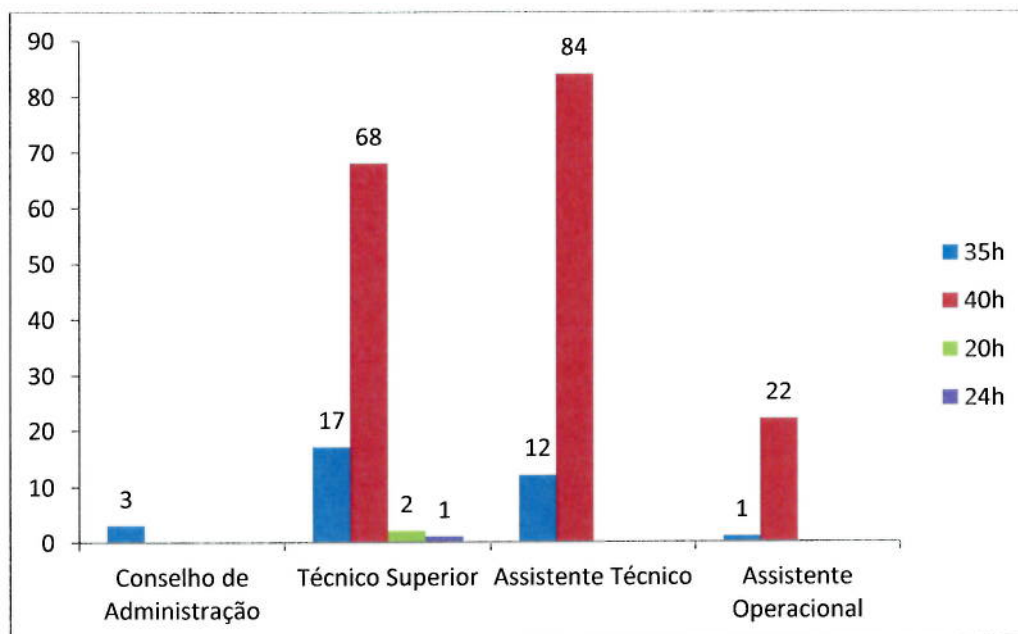
Em 2011, registaram-se no total 32 **saídas de trabalhadores**, sendo que 17 trabalhadores pertenciam ao sexo feminino e 15 ao masculino, o que corresponde a uma taxa de saídas de 15%. De entre as saídas ocorridas, 16 (50%) foram motivadas pela caducidade/termo do contrato e 15 pela denúncia por iniciativa do trabalhador.

O maior número de saídas verificou-se nos Assistentes Técnicos (50%), seguidos dos Técnicos Superiores (38%).

² (Total de Mestrados + Licenciatura + Bacharelato)/Total de trabalhadores*100

Verifica-se um grande predomínio dos horários de 40 horas semanais, abrangendo 83% dos trabalhadores, em praticamente todas as categorias profissionais.

Carga horária dos trabalhadores da SPMS, EPE a 31 de Dezembro de 2011, segundo a categoria profissional

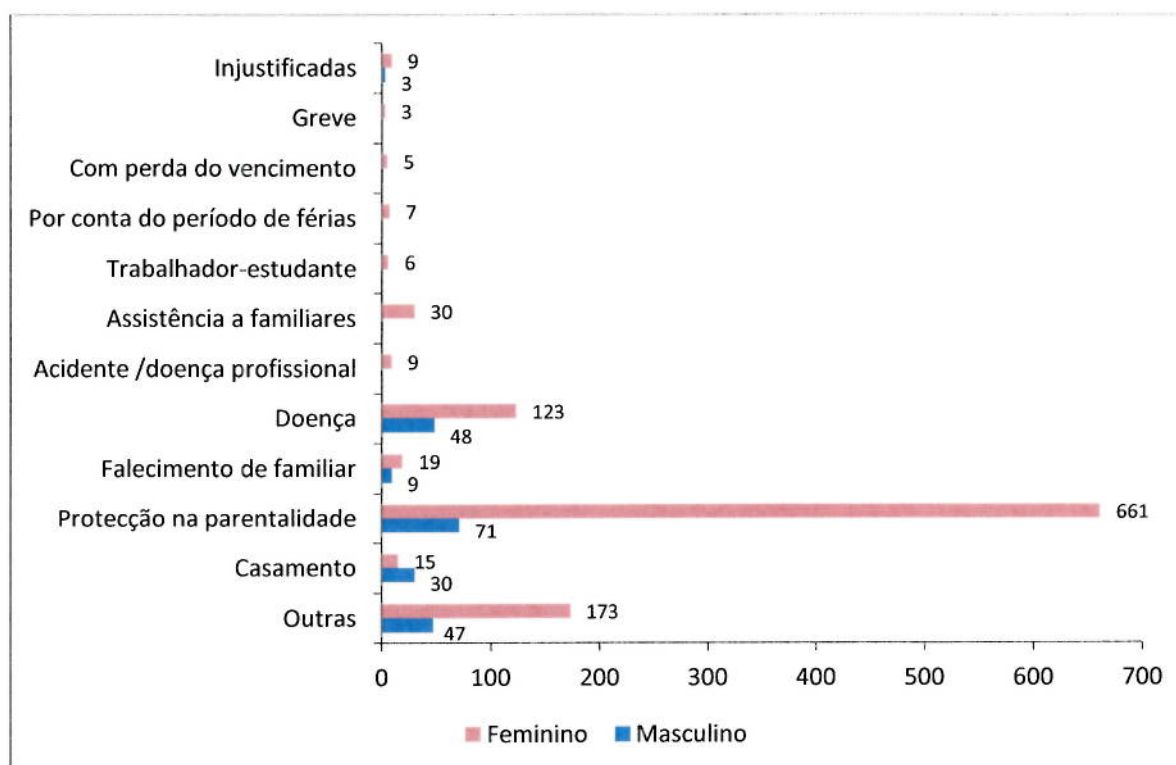


No total, foram efetuadas 269 **horas de trabalho extraordinário**, correspondentes a trabalho extraordinário diurno (166h: 61,7%) e em dias de descanso semanal complementar (103: 38,1%) de Técnicos Superiores (96,3%) e Assistentes Técnicos (3,7%).

Durante o ano de 2011 registaram-se um total de 1270 **dias de ausência ao trabalho**, dos quais 1060 dias correspondem a trabalhadores do sexo feminino (83,4%) e 210 dias do sexo masculino (16,5%). A Taxa de Absentismo global é de 3%.

O principal motivo das referidas ausências é a Proteção na Parentalidade (58%), sendo esta bem mais evidente no sexo feminino, seguindo-se a Doença (13%) e a categoria Outras (17%). A Assistência a Familiares assume, ainda, no sexo feminino alguma representatividade. Não se registaram dias de ausência devido ao cumprimento de pena disciplinar.

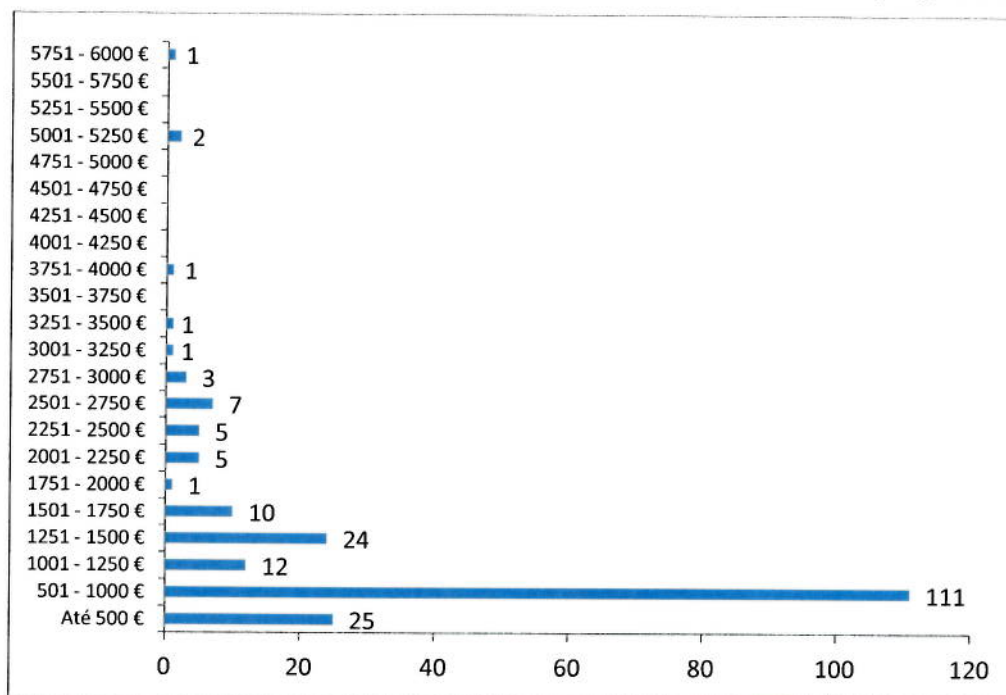
Dias de ausência ao trabalho dos trabalhadores da SPMS, EPE a 31 de Dezembro de 2011, segundo o motivo



Os Técnicos Superiores e os Assistentes Técnicos são os que apresentam o maior número total de dias de ausência (586 dias e 655 dias, respetivamente) e número médio de ausências por trabalhador (7,9 dias e 6,8 dias, respetivamente).

Em 2011, o valor total de encargos com pessoal foi de 2 milhões de euros, dos quais 92% corresponde à remuneração base, 6% a prestações sociais e 2% a suplementos remuneratórios.

Mais de 53% dos trabalhadores encontravam-se no escalão de vencimento entre os 501-1000 euros, seguindo-se o escalão dos < 500 euros (12%) e os dos 1251-1500 euros (11,4%), como os mais representativos.

Estrutura Remuneratória dos trabalhadores da SPMS, EPE a 31 de Dezembro de 2011, segundo o escalão

O salário base médio mensal ilíquido³ era de 680 euros e o leque salarial⁴ de 12,1 (5869/485 euros) no sexo masculino e 10,4 (5020/485 euros) no feminino.

³ (Encargos com Pessoal (remuneração base) /Efetivos Globais) /14

⁴ Maior remuneração base ilíquida/Menor remuneração base ilíquida

Capítulo 2 - Síntese das atividades desenvolvidas em 2011

Transações e Aquisições mais relevantes

Em 2011 as transações mais relevantes com entidades relacionadas foram:

- Contratos de Serviços Partilhados em Compras e Logística, Contabilidade e Gestão Financeira, Recursos Humanos e/ou Apoio à Gestão com a Administração Regional de Saúde do Centro, Centro Hospitalar Oeste Norte, Centro Hospitalar de Torres Vedras, ACSS, Centro Hospitalar de Cascais, Maternidade Alfredo da Costa, Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo.
- Assinatura do protocolo com a ANCP de acordo com o previsto no artigo 5º do Decreto-Lei nº19/2010 de 22 de Março.

A SPMS, EPE, deve atuar subsidiariamente face aos fins e competências prosseguidos da Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP, EPE.) e da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, EPE), devendo articular-se com as mesmas para esse efeito. A SPMS, EPE, deve ainda articular-se com a ANCP, EPE, na aplicação dos acordos quadro celebrados no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) às entidades vinculadas do SNS, podendo tal aplicação se estender às entidades voluntárias definidas no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de Fevereiro.

A aquisição de bens e serviços pela SPMS, EPE é efetuada com base nos termos definidos pelo novo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, sendo que todas as aquisições foram efetuadas em condições de mercado, com respetiva divulgação através do Portal Base.

As aquisições foram realizadas com base na análise comparativa de propostas competitivas, a partir de consultas ao mercado e publicitadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (VortalHealth), sendo a informação disponibilizada de forma transparente a todos os interessados nas várias fases dos procedimentos previstos na legislação. A escolha recai sobre as propostas economicamente mais vantajosas e que cumpram os critérios definidos nos respetivos cadernos de encargos.

Atividades por Área

Em Agosto de 2011 foi nomeado o Conselho de Administração (CA) que se encontra atualmente em funções. Com a mudança de CA surgiram, também, algumas alterações estruturais e no paradigma estratégico da empresa. Como tal, foi desenvolvido um novo Plano Estratégico de Mandato (2011-2013) bem como o Plano de Atividades para 2012, onde constam os indicadores e metas necessários para a monitorização e avaliação do desempenho da instituição.

Deste modo, em relação a 2011, apenas serão identificadas as principais atividades desenvolvidas pelas Áreas existentes à data e apresentados os indicadores de gestão considerados relevantes para descrever o funcionamento da SPMS, sem que haja uma avaliação dos mesmos.

1. Comunicação

- Elaboração de novo formato para a Newsletter/Catálogo de Aprovisionamento da Saúde;
- Elaboração de documentos template e do guia de “Imagem e procedimentos internos”;
- Criação de bases de dados de contatos: comunicação social e entidades do SNS;
- Apresentação sobre “Poupanças em medicamentos e artigos hospitalares 2011”;
- Elaboração do Plano de Comunicação Global para a SPMS;
- *Clipping* e análise da imprensa diária.

2. Planeamento e Gestão

- Análise dos dados sobre Recursos Humanos (número de médicos, enfermeiros, informáticos e total) e Investimentos (totais e em equipamentos administrativos e informáticos) extraídos dos Relatórios e Contas dos Centros Hospitalares e/ou Hospitais selecionados, correspondentes ao período de 2005-2010;
- Monitorização da Prescrição Eletrónica de Medicamentos (Médicos nos CSP e Hospitais e Médicos Dentistas): definição das fichas de análise individual dos hábitos prescritivos dos profissionais, desenvolvimento de relatórios mensais com a evolução dos indicadores selecionados (volume e valor das receitas manuais/ eletrónicas; medicamentos de marca/genéricos), prescrição por grupos farmacoterapêuticos e exceções;

- Desenvolvimento do Caderno de Encargos para modernização do *site* oficial da SPMS, análise das propostas concorrentes e reclamações;
- Desenvolvimento do Plano Estratégico 2011-2013 e Plano de Atividades 2012;
- Análise comparativa entre o valor unitário de aquisição de medicamentos em meio Hospitalar (janeiro a Setembro de 2011), valor médio dos Hospitais do SNS e o preço mínimo no CAPS: Imunomoduladores, Citotóxicos e Antivíricos;
- Gestão de contactos e atualização da informação da SPMS no site da Direção Geral do Tesouro e Finanças: (Princípios de Bom Governo, Modelo de Governo, Caracterização da Empresa, Poderes de Tutela, Função Acionista do Estado e Estatutos) e Portal da Saúde (contactos);
- Acompanhamento do grupo de trabalho para a “Detecção de fraude no CCF”.

3. Secretariado e Apoio Administrativo

- Gestão de agendas, contactos telefónicos e agendamento de reuniões com clientes e fornecedores, dos membros do Conselho de Administração (CA);
- Coordenação e preparação de assuntos para reuniões internas dos membros do CA e com clientes e fornecedores;
- Elaboração de documentação: ofícios, comunicações, memorandos, mapas, apresentações, etc.;
- Gestão de arquivo documental do CA;
- Interface entre os assuntos do CA e os restantes departamentos e/ou clientes e fornecedores;
- Organização de viagens;
- Gestão de economato;
- Gestão de tarefas de Office Management.
- Receção e atendimento telefónico e presencial;
- Preparação de salas de reunião;
- Registo de correspondência;
- Apoio à distribuição de correspondência e à gestão de arquivo.

4. Informática

- Gestão de Logística da ARS Centro, por disponibilização da aplicação da vertente de Logística da solução EBS da Oracle;
- Centralização dos serviços de processamento de vencimentos com recurso ao RHV, para as ARS Centro e Algarve;
- Disponibilização dos serviços Web do Catalogo;
- Suporte manutenção e suporte de serviços Internet;
- Manutenção e suporte de serviços de email;
- Serviços de *backup* central;
- Manutenção e suporte de serviços de comunicações;
- Manutenção e suporte de serviços de identificação Biométrica e acessos às instalações ;
- Instalação de rede *backup* para armazém da ARS Centro;
- Apoio as operações internas.

5. Financeira

- Apoio e acompanhamento dos registos contabilísticos da SPMS (contabilidade em regime de *outsourcing*);
- Controlo de contas corrente e emissão de ordens de pagamento;
- Conferência de faturas de fornecedores;
- Preparativos para internalização da contabilidade em 2012.

6. Pessoal

- Organização dos processos individuais dos colaboradores e esclarecimento de dúvidas;
- Elaboração dos Planos de férias dos colaboradores;
- Concretização dos procedimentos inerentes à prestação de serviços partilhados na área de Recursos Humanos à ARS LVT, ARS Centro, ARS Algarve, ACSS, Hospital de Torres Vedras, CHON, INSA, CHLC (MAC);

- Processamento de vencimentos, através da aplicação Meta4 e posteriormente pela aplicação do Ministério da Saúde – RHV;
- Controlo de assiduidade de todos os colaboradores e passagem para a marcação da assiduidade através do registo biométrico;
- Elaboração do balanço social e relatório único de 2010;
- Preparação de mapas de custos e de pessoal para dar resposta aos pedidos de diversas Entidades (Tutela, DGO, IGF, etc.);
- Visitas periódicas aos colaboradores que se encontram colocados nas diversas Instituições, com quem a SPMS celebrou contratos de serviços partilhados.

7. Compras e Logística

- Elaboração de Peças de Procedimento de Acordos Quadro, Concursos Públicos, Ajustes Diretos e Convites ao abrigo do artigo 259.º do CCP, para as seguintes áreas: Medicamentos e Vacinas, Material de Consumo Clínico, Reagentes, Prestações de Serviços Médicos, Prestações de Serviços de Informática e Gases Medicinais para os clientes ARSC, ARSLVT, MAC, CHLC, CHLO e SPMS;
- Publicação dos concursos públicos no Diário de República;
- Envio dos Convites através da plataforma eletrónica de contratação Vortalhealth para os concorrentes;
- Análise das propostas, pedidos de esclarecimentos e reclamações de concorrentes e elaboração de relatórios preliminares e finais;
- Elaboração dos contratos com os fornecedores selecionados e respetiva publicação no Portal Base.Gov;
- Articulação com os clientes (ARS Centro, ARSLVT e MAC) relativamente à análise das reclamações de materiais dos clientes consumidores/utilizadores;
- Elaboração de mapas de informação de gestão (análise de poupanças, etc.);
- Elaboração de mapas com vista a cessão de posição contratual com a ARSC, ARSLVT, MAC, CHLC e CHLO;

- Criação e manutenção de dados no sistema de informação (artigos, cotações, fornecedores, lista de preços, cabazes, acordos gerais de compra);
- Elaboração de ordens de compra aos fornecedores relativas às requisições dos clientes (emissão e correção);
- Elaboração de ficheiro com a correspondência entre a informação das notas de encomenda do cliente e as ordens de compra emitidas aos fornecedores, com a finalidade de o cliente confirmar a receção dos bens;
- Conferência de faturas de fornecedores e receção no sistema *E-Business Suite*, relativas a fornecimento aos CHL, ARSC e ARSLVT;
- Cruzamento de informação do *E-Business Suite* e do Excel, de forma a complementar a informação da fatura a clientes (guias de remessa, nº da nota de encomenda e códigos de artigo do cliente);
- Resolução de contingências com os fornecedores e com os clientes/consumidores finais relativas às ordens de compras e fornecimentos.

8. Gestão de Clientes (ARS LVT, ARS Centro e MAC)

- Acompanhamento da faturação e cobrança;
- Coordenação na resolução de questões;
- Elaboração (em conjunto com os responsáveis jurídicos e de compras) dos contratos de serviços partilhados;
- Acompanhamento da gestão de compras e logística (no âmbito da operação e do sistema de informação da ARS Centro).

9. Central de Compras

- Celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento nas seguintes áreas:

Contrato Público de Aprovisionamento	Entrada em Vigor
CP 2011/6 - Medicamentos do Foro Oncológico	No dia 17/12/2011 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento
CP 2010/8 – Antissépticos, desinfetantes e outros	No dia 17/07/2011 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento
CP 2010/18 – Medicamentos de Consumo Geral e outros	No dia 7/07/2011 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento
CP 2010/2 – Medicamentos do sistema cerebrospinal	No dia 17/05/2011 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento
CP 2010/22 - Seringas, agulhas e contentores	No dia 25/02/2011 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento
CP 2009/13 - Vacinas e Tuberculinas	No dia 21/01/2011 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento.
CP 2010/23 - Luvas para uso médico	No dia 15/01/2011 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento
CP 2010/3 - Corretivos da volémia e outras soluções estéreis	No dia 24/11/2010 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento

- Manutenção do site do Catalogo;
- Elaboração das peças de procedimento e listas de produtos, para os Concursos Públicos com vista à celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento para aquisição de Medicamentos e Dispositivos Médicos, com vista ao fornecimento às Instituições e Serviços do Ministério da Saúde;
- Análise dos aditamentos aos Contratos Públicos de Aprovisionamento;
- Desenvolvimento do processo de aquisição de vacinas e tuberculinas para o ano de 2011, destinado às 5 ARS e Regiões Autónomas (art.º 259º CCP);
- Desenvolvimento do processo de aquisição de Bombas de Insulina e Consumíveis para o ano de 2011, no âmbito do Programa Nacional de Controlo da Diabetes (art.º 259º CCP);
- Análise dos ficheiros de consumo de medicamentos e elaboração de quadros em resposta a solicitações superiores.

Capítulo 3 – Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações Legais

O quadro que se segue sintetiza o cumprimento das Orientações Legais por parte da SPMS, EPE.

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Objetivo 1			X		
Objetivo 2					
Objetivo 3					
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X				
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1	X			100%	
Recomendação 2					
Etc.					
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			Presidente: -3.166,81€ Vogal 1: -2.778,29€ Vogal 2: -2.778,29€	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			Presidente: -1.903,87€ Vogal 1: -1.462,24€ Vogal 2: -1.462,24€	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010	X				
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			51.297,83€	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal			X	A SPMS apenas iniciou funções em final de 2010	
Fornecimentos e Serviços Externos			X	A SPMS apenas iniciou funções em final de 2010	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			100%	

Gestão de Risco Financeiro

Nos termos do Despacho nº101/2009-SETF, de 30 de Janeiro, divulga-se a posição da SPMS, EPE no âmbito da Gestão do Risco Financeiro.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
			X	

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

O quadro seguinte sintetiza o prazo médio de pagamento (expresso em dias) da SPMS, EPE aos seus fornecedores, nos trimestres de 2011, nos termos da RCM 34/2008, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009, de 13 de Abril.

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	N.A.	N.A.	N.A.	58	18	43	93	46

Nos termos do Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de Maio, é divulgado o Mapa da Posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso.

A 15 de Abril de 2012, as dividas com mais de 90 dias tinham já sido todas regularizadas.

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Click Perfil, Lda	0,09				
Electrolimpa - Empresa Técnica de Limpeza, SA	167,28				
Ansof - Serviços de Gestão, Lda.	2.214,00				
Lyreco Portugal, SA	1.687,04				
Smart Solutions - Formação Profissional e Cons., Unipessoal, Lda	0,10				
Galp Energia - Petróleos de Portugal - Petrogal SA	515,76				
bas - Sociedade de Advogados, rl	279,95				
Systagenix Wound Management (Spain) - Sucursal de Portugal	36.239,28				
J. M. Farmacêutica, S.A.	143.827,16				
OverPharma	34.161,34				
Sanofi Pasteur MSD, S.A.	1.271.423,99				
Smith & Nephew, Lda.	16,96				
Paul Hartmann, Lda.	2.522,80				
Laboratório Medinfar, S.A.	7.153,50		985,80		
Higiene Plus, Lda.	0,00	304,06	608,11		
Schering-Plough Farma, Lda.	4.412,25				
Medicinalia Cormedica, Lda.	0,00	1.195,56			
GlaxoSmithKline - Produtos Farmacêuticos, Lda	1.097,42				
LABESFAL - Laboratórios Almiro, S.A.	12.883,42				
Ezequiel Panão Jorge, Lda.	739,69		417,18		
Anastácio Saldanha Unipessoal, Lda	744,24				
Sanofi-Aventis - Produtos Farmacêuticos, Lda.	343,44	572,40			
PMH Produtos Médico Hospitalares, S.A.	0,00	92,25			
Albino Dias Andrade, Lda	7.172,20				
Laboratórios Pfizer, Lda	13.193,82				
Multistesia, Unipessoal Lda.	9.315,00				
Aquapoint - Sistemas de Distribuição de Água, SA	54,12				
bioMérieux Portugal, Lda	2.067,18	2.069,47			
Immucor (Portugal) Diagnósticos Médicos, Lda	556,86				
Normax - Fábrica de Vidros Científicos, Lda	604,20				
Bio-Rad - Laboratories, Lda	1.723,59				
FRIDANA	22.185,00				
FITISAN - Produtos de Higiene Embalagem, Lda	17.697,24				
JMV - Produtos Hospitalares, Lda	661,99		101,84		
Diamed Portuguesa, SA	7.294,89				
B. Braun Medical, Lda	1.943,23				
Phadia, Sociedade Unipessoal, Lda	2.757,83				
VWR International Material de Lab. Lda	421,77				
Covidien Portugal - Prod. Saúde Unipessoal, Lda	366,05				
CSL - Behring Unipessoal, Lda	8.003,00	8.003,00			
Randstad Clinical - Cuidades de Saúde, Lda	74.908,14				
TRUEWIND-CHIRON - Sistemas de Informação, SA	2.841,30				
CPC - Companhia Portuguesa de Computadores Informática e Sistemas, SA	821,53				
Johnson and Johnson, Lda	30.137,70				
Baptista Marques - Diagnóstica e Reagentes, Lda	225,68				
Quilaban - Química Laboratorial Analítica, Lda	3.108,98				
SIPACO, Lda	0,00	590,40			
KVTECH Portugal - Pro. Médicos Unipessoal, Lda	66.239,40				
Octapharma - Produtos Farmacêuticos, Lda	3.604,00				
Comansegur - Segurança Privada, SA	13.294,94				
EPJMÉDICA - Artigos Médicos Hospitalares, Lda	578,10				
Abbott Laboratórios, Lda.	35.035,70				
ISS PEST CONTROL - Soc. de Desinfecção e Desinfestação, Lda	73,80				
Transportes Barata e Carvalho, Lda	590,40				
Medinviv, Lda	78,28				
Doitlean, Lda	41.642,49				
Timestamp - Sistemas de Informação	78.139,14				
Siemens Healthcare Diagnostics, Lda	6.034,96				
Helped - Prestação de Serviços de Saúde, Lda	31.897,10				
Total	2.005.699,32	12.827,14	2.112,93	0,00	0,00

Capítulo 4 – Demonstrações Financeiras

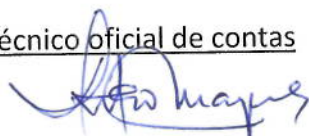
Balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Montantes expressos em Euros

ATIVO	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Ativos fixos tangíveis	5	27.979,49	25.817,65
Ativos intangíveis	6	69.985,45	-
Total do ativo não corrente		97.964,94	25.817,65
Cientes	8	2.918.761,16	-
Estado e outros entes públicos	9	-	3.480,43
Outras contas a receber	10	435.230,76	45.040,34
Diferimentos	11	12.824,04	13.601,63
Caixa e depósitos bancários	4	5.209.531,04	5.824.193,57
Total do ativo corrente		8.576.347,00	5.886.315,97
Total do ativo		8.674.311,94	5.912.133,62
Capital realizado	12	6.000.000,00	6.000.000,00
Resultados transitados	13	(242.925,22)	-
		5.757.074,78	6.000.000,00
Resultado líquido do período	13	25.687,33	(242.925,22)
Total do capital próprio		5.782.762,11	5.757.074,78
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	2.020.639,39	72.929,92
Estado e outros entes públicos	9	320.130,58	16.122,88
Outras contas a pagar	15	510.099,86	66.006,04
Diferimentos	11	40.680,00	-
Total do passivo corrente		2.891.549,83	155.058,84
Total do passivo		2.891.549,83	155.058,84
Total do capital próprio e do passivo		8.674.311,94	5.912.133,62

O Anexo I faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

O técnico oficial de contas



O Conselho de Administração



Raul Mascarenhas

Presidente do Conselho de Administração



Vogal do Conselho de Administração



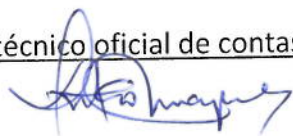
Demonstrações dos Resultados por Naturezas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e do período entre 1 de Outubro de 2010 (data de constituição da Empresa) e 31 de Dezembro de 2010

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados	16	9.183.289,10	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	17	(4.951.090,48)	-
Fornecimentos e serviços externos	18	(1.329.968,46)	(89.477,59)
Gastos com o pessoal	19	(2.814.549,19)	(196.298,21)
Outros rendimentos e ganhos	20	743,57	44.490,34
Outros gastos e perdas	21	(51.221,47)	(257,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		37.648,66	(241.542,46)
Gastos de depreciação e de amortização	22	(6.299,96)	(437,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.348,70	(241.980,04)
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes e imposto		30.903,11	(241.980,04)
Imposto sobre o rendimento do período	7	(5.215,78)	(945,18)
Resultado líquido do período		25.687,33	(242.925,22)

O Anexo I faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O técnico oficial de contas



O Conselho de Administração



Raul Mascarenhas
Presidente do Conselho de Administração



Carla Reis Santos
Vogal do Conselho de Administração



Sara Fernandes Duarte
Vogal do Conselho de Administração

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Montantes expressos em Euros

	Notas	Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 13)	Reserva legal (Nota 13)	Resultados transitados (Nota 13)	Resultado líquido do exercício (Nota 13)	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2010	1	-	-	-	-	-	-
Alterações no período:	2						
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	(242.925,22)	(242.925,22)
Resultado integral	4= 2+3	-	-	-	-	(242.925,22)	(242.925,22)
Operações com detentores de capital no período:							
Realização de capital	5	6.000.000,00	-	-	-	-	6.000.000,00
Posição em 31 de Dezembro de 2010	6= 1+2+3+5	6.000.000,00	-	-	-	(242.925,22)	5.757.074,78
	Notas	Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 13)	Reserva legal (Nota 13)	Resultados transitados (Nota 13)	Resultado líquido do exercício (Nota 13)	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2011	1	6.000.000	-	-	-	-	-
Alterações no período:							
Resultado líquido do período		-	-	-	-	25.687,33	25.687,33
Resultado integral	4= 2+3	-	-	-	-	25.687,33	25.687,33
Operações com detentores de capital no período:							
Aplicação do resultado de 2010	5	-	-	-	(242.925,22)	242.925,22	-
Posição em 31 de Dezembro de 2011	6= 1+2+3+5	6.000.000,00	-	-	(242.925,22)	25.687,33	5.782.762,11

O Anexo I faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O técnico oficial de contas



O Conselho de Administração



Raul Mascarenhas

Presidente do Conselho de Administração

Carla Reis Santos

Vogal do Conselho de Administração

Vogal do Conselho de Administração

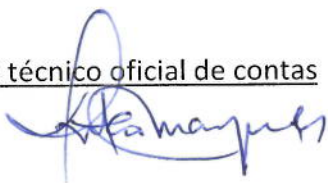
Demonstrações de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Montantes expressos em Euros

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		7.012.558,53	-
Pagamentos a fornecedores		(4.379.544,02)	(41.933,76)
Pagamentos ao pessoal		(1.955.507,72)	(80.738,19)
Fluxos gerados pelas operações		677.506,79	(122.671,95)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(1.291.370,46)	(53.134,48)
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>(614.662,53)</u>	<u>(175.726,43)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Capital realizado		-	6.000.000,00
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>-</u>	<u>6.000.000,00</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>-</u>	<u>-</u>
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(614.662,53)	5.824.193,57
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	5.824.193,57	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	<u>5.209.531,04</u>	<u>5.824.193,57</u>

O Anexo I faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

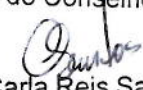
O técnico oficial de contas



O Conselho de Administração



Raul Mascarenhas
Presidente do Conselho de Administração


Carla Reis Santos
Vogal do Conselho de Administração


Sara Fernandes Duarte
Vogal do Conselho de Administração

Anexo I – Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (“SPMS” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial com sede na Praça de Alvalade, n.º 6, 8º piso, 1700-036 Lisboa, e tem por atribuições a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros e recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas da SPMS foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 15 de Abril de 2012, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos,

capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparação com exercícios anteriores

Tendo em consideração a data de início de atividade (01 de Outubro 2010), as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2010 traduzem as operações de Outubro a Dezembro desse exercício, não sendo por isso totalmente comparáveis com o presente exercício.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem

diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe homogênea	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento administrativo	5
Programas de computador	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Ativos intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos

de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o regime do acréscimo, independentemente da do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser

fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

A SPMS no âmbito das suas funções consagradas através do decreto 19/2010, de 22 de Março no decurso do exercício de 2011 executou contratos de aquisição de bens e serviços relacionados com a Saúde para várias entidades do Ministério da Saúde, onde assumiram o risco de crédito e como tal registando à luz do normativo aplicável o respetivo rédito da faturação à entidade do Ministério da Saúde que solicitou os bens e serviços e o respetivo custo das vendas associados à compra efetuada aos fornecedores desses bens e serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros incluem:

- Caixa e equivalentes de caixa
- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Benefícios dos empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 15 de Abril de 2012, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 23.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a

determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a caixa e os seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa tinha a seguinte composição

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Numerário	82,93	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.112.518,82	5.824.193,57
Conta caução	96.929,29	-
Caixa e seus equivalentes	<u>5.209.531,04</u>	<u>5.824.193,57</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2011			2010
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Total	Edifícios e outras construções
Activo bruto:				
Saldo inicial	26.255,23	-	26.255,23	-
Aquisições	1.883,00	3.650,00	5.533,00	26.255,23
Saldo final	<u>28.138,23</u>	<u>3.650,00</u>	<u>31.788,23</u>	<u>26.255,23</u>
Depreciações acumuladas:				
Saldo inicial	437,58	-	437,58	-
Depreciações do exercício (Nota 22)	2.641,17	729,99	3.371,16	437,58
Saldo final	<u>3.078,75</u>	<u>729,99</u>	<u>3.808,74</u>	<u>437,58</u>
Activo líquido	<u>25.059,48</u>	<u>2.920,01</u>	<u>27.979,49</u>	<u>25.817,65</u>

6. ATIVOS INTAGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2011
	Programas de computador
Activo bruto:	
Saldo inicial	-
Aquisições	72.914,25
Saldo final	<u>72.914,25</u>
Amortizações acumuladas:	
Saldo inicial	-
Amortizações do exercício (Nota 22)	2.928,80
Saldo final	<u>2.928,80</u>
Activo líquido	<u>69.985,45</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram adquiridos programas de computador, nomeadamente a solução Oracle, o programa *Artsoft* e o sistema de controlo biométrico de entradas e saídas.

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa reduzida de 12,5% até uma matéria coletável de 12.500 Euros, aplicando-se a taxa normal de 25% para a matéria coletável superior àquele limite, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. Adicionalmente, a partir de 1 de Janeiro de 2010 os lucros tributáveis que excedam os 2.000.000 Euros são sujeitos a derrama estadual à taxa de 2%, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Nos termos do artigo 88º do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 4 anos (6 anos para os incorridos até 2009) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O gasto com impostos sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Resultado antes de impostos	30.903,11	(241.980,04)
Taxa nominal de imposto até 12.500 Euros	12,5%	12,5%
Taxa nominal de imposto superior a 12.500 Euros	26,5%	26,5%
Imposto esperado	<u>6.439,00</u>	<u>(65.875,00)</u>
Outras situações liquidadas	47.187,00	-
Utilização de prejuízos fiscais relativos ao exercício anterior	(53.626,00)	-
Tributações autónomas	5.215,78	945,18
Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	<u>5.215,78</u>	<u>945,18</u>

8. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 os clientes apresentavam a seguinte composição:

	2011
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP ("ARSLVT, IP")	1.778.806,64
Administração Regional de Saúde do Centro, IP ("ARSC, IP")	377.207,46
Administração Central do Sistema de Saúde, IP	297.537,44
Maternidade Dr. Alfredo da Costa ("MAC")	291.341,27
CHON - Centro Hospitalar Oeste Norte	156.192,52
Centro Hospitalar de Cascais	9.207,79
CHTV - Centro Hospitalar de Torres Vedras	8.468,04
	<u>2.918.761,16</u>

A antiguidade do saldo da rubrica de "Clientes" em 31 de Dezembro de 2011 é detalhada conforme se segue:

	2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não vencido	2.518.666,58	-	2.518.666,58
Vencido:			
1-90 dias	400.094,68	-	400.094,68
	<u>2.918.761,26</u>	<u>-</u>	<u>2.918.761,26</u>

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010	
	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC")			
Estimativa de imposto (Nota 7)	5.215,78		945,18
	<u>5.215,78</u>	-	<u>945,18</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")	35.883,75	-	7.160,75
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")	169.205,58	3.480,43	-
Contribuições para a Segurança Social ("SS")	-	-	4.341,99
Contribuições para a ADSE	-	-	208,02
Caixa Geral de Aposentações	109.825,47	-	3.466,94
	<u>320.130,58</u>	<u>3.480,43</u>	<u>16.122,88</u>

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Devedores por acréscimo de rendimento:		
Contrato programa com a ACSS (a)	334.258,36	-
Outra facturação a emitir	95.642,97	44.490,34
	<u>429.901,33</u>	<u>44.490,34</u>
Outras contas a receber	5.329,43	550,00
	<u>435.230,76</u>	<u>45.040,34</u>

- (a) Em 16 de Dezembro de 2011, foi estabelecido um contrato programa com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.),, visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 2012, em que a Empresa passar a ser a entidade responsável pelo desenvolvimento, manutenção e operação de vários sistemas integrados de informação, comunicação e mecanismos de racionalização de compras na área do sector da saúde. O montante de acréscimo de rendimento, corresponde à faturação a esta entidade do custo suportado junto do fornecedor Onitelecom Infocomunicações, S.A..

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de diferimentos apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos:		
Rendas	12.212,00	13.093,43
Outros diferimentos	612,04	508,2
	<u>12.824,04</u>	<u>13.601,63</u>
Diferimentos passivos:		
Facturação antecipada (a)	<u>40.680,00</u>	<u>-</u>

(a) Este montante corresponde a faturações efetuada à ACSS, I.P. associadas a encomenda de vinhetas, apenas efetivada em 2012.

12. CAPITAL REALIZADO

O capital estatutário de 6.000.000 euros, é deito a 100% pelo Estado Português, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2011.

13. RESULTADOS TRANSITADOS

Aplicação de resultados de 2010: De acordo com o deliberado em Conselho de Administração, o resultado líquido negativo do período entre 1 de Outubro de 2010 (data de constituição da Empresa) e 31 de Dezembro de 2010, no montante de 242.925,22 euros foi transferido na sua totalidade para resultados transitados.

14. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de "Fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Fornecedores:		
Sanofi Pasteur MSD, S.A.	1.271.423,99	-
J. M. Farmacêutica, S.A.	143.827,16	-
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	78.139,14	-
Randstad Clinical - Cuidades de Saúde, Lda	74.908,14	-
KVTECH Portugal - Produtos Médicos Unipessoal, Lda	66.239,40	-
Doitlean, Ida	41.642,49	-
Systagenix Wound Management (Spain) - Sucursal de Portugal	36.239,28	-
Abbott Laboratórios, Lda.	35.035,70	-
OverPharma	34.161,34	-
Helped - Prestação de Serviços de Saúde, Lda	31.897,10	-
Johnson and Johnson, Lda	30.137,70	-
FRIDANA	22.185,00	-
FITISAN - Produtos de Higiene Embalagem, Lda	17.697,24	-
CSL - Behring Unipessoal, Lda	16.006,00	-
Comansegur - Segurança Privada, SA	13.294,94	-
Laboratórios Pfizer, Lda	13.193,82	-
LABESFAL - Laboratórios Almiro, S.A.	12.883,42	-
ALRISA - Sociedade Imobiliária, Lda	-	40.758,50
Outras entidades	81.727,53	5.916,19
Fornecedores de investimento	-	26.255,23
	<u>2.020.639,39</u>	<u>72.929,92</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, os principais fornecedores da Empresa respeitam ao essencialmente ao fornecimento de medicamentos, material de consumo clínico, reagentes entre outros materiais de uso hospitalar.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as outras contas a pagar são como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	48.000,00	53.943,46
Outros acréscimos de gastos (a)	461.289,88	12.062,58
Outras contas a pagar	809,98	-
	<u>510.099,86</u>	<u>66.006,04</u>

- (a) Os outros acréscimos de gastos, correspondem essencialmente a faturações dos fornecedores Onitelecom Infocomunicações, S.A. e Glaxosmithkline – Produtos Farmacêuticos, Lda. relativas a serviços prestados no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

16. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 são detalhadas conforme se segue:

	<u>2011</u>
Vendas:	
Mercado Nacional (a)	<u>4.950.923,66</u>
Prestações de serviços (b):	
Serviços Partilhados	3.851.158,42
Serviços Médicos Subcontratados	334.249,08
Serviços de segurança Subcontratados	46.957,94
	<u>4.232.365,44</u>
	<u>9.183.289,10</u>

(a) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica corresponde a vendas de medicamentos, reagentes e material de consumo clínico aos diversos centros hospitalares, nas quais a Empresa não tem qualquer margem associada.

(b) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011, as prestações de serviços correspondem a cedências de pessoal e faturação de vinhetas às Autoridades Regionais de Saúde, Maternidade Alfredo da Costa, Administração Central dos Serviços da Saúde e diversos centros hospitalares. Adicionalmente, foram também prestados serviços de subcontratação de médicos e de segurança, nos quais a Empresa não tem qualquer margem associada (Nota 17).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram vendas e prestações de serviços.

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas corresponde ao gasto da Empresa com a compra de medicamentos, reagentes e material de consumo clínico, que posteriormente são faturados aos diversos centros hospitalares.

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme segue:

	2011	2010
Subcontratos		
Serviços Médicos Subcontratados (Nota 16)	334.249,08	-
Serviços de segurança Subcontratados (Nota 16)	46.957,94	-
Outros (a)	367.939,19	
Serviços de informática e manutenção aplicacional	189.906,75	16.699,47
Rendas e alugueres (b)	174.895,70	28.508,62
Contabilidade e Gestão	45.381,44	-
Advogados	34.855,83	-
Deslocações e estadas	31.932,03	16.980,65
Cedências de pessoal	23.482,67	-
Leasings	22.301,70	-
Comunicação	15.494,69	2.026,40
Outros fornecimentos e serviços externos	12.861,53	-
Limpeza, higiene e conforto	10.645,64	72,93
Honorários	8.650,00	-
Combustíveis	6.183,43	-
Despesas de representação	-	21.017,75
Material de escritório	4.230,84	4.171,77
	<u>1.329.968,46</u>	<u>89.477,59</u>

(a) Os outros subcontratos correspondem essencialmente a gastos com a manutenção e evolução de aplicações Core na Saúde, manutenções de rede e *datacenter*.

(b) As rendas e alugueres estão associados ao aluguer do espaço de escritórios na Praça de Alvalade em Lisboa e Santa Maria da Feira.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 verificou-se um aumento significativo dos gastos com fornecimentos e serviços externos, devido ao facto da atividade da Empresa se ter começado a desenvolver mais acentuadamente neste exercício.

19. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme segue:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	181.462,71	94.980,99
Remunerações do pessoal	2.124.952,99	59.263,46
Encargos sobre remunerações	485.649,34	41.493,27
Seguros	1.722,16	372,18
Indemnizações (a)	14.898,06	-
Outros	5.863,93	188,31
	<u>2.814.549,19</u>	<u>196.298,21</u>

- a) Em 31 de Dezembro de 2011, o montante de indemnizações corresponde ao valor devido por caducidade de contrato de trabalho de um colaborador da Empresa.

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram de 210 e 9, respetivamente.

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Cedências de espaço (a)	-	22.023,64
Cedências de pessoal (b)		22.466,70
Outros	743,57	-
	<u>743,57</u>	<u>44.490,34</u>

- (a) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, este montante correspondeu à repassagem de gastos com as rendas do espaço sito na Praça de Alvalade aos ACE's que também se encontravam a utilizar esse espaço.

- (b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, este montante correspondeu à repassagem de gastos com colaboradores da Empresa que se encontravam a prestar serviços aos ACE's.

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	3.584,60	-
Multas fiscais	-	200,00
Outros	47.636,87	57,00
	<u>51.221,47</u>	<u>257,00</u>

22. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os gastos de depreciação e de amortização são como segue:

	2011	2010
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	3.371,16	437,58
Activos intangíveis (Nota 6)	2.928,80	-
	<u>6.299,96</u>	<u>437,58</u>

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço ocorreram os seguintes acontecimentos que não deram lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da Empresa:

Em 16 de Dezembro de 2011, foi estabelecido um contrato programa com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.), visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 2012, em que a Empresa passa a ser a entidade responsável pelo desenvolvimento, manutenção e operação de vários sistemas integrados de informação, comunicação e mecanismos de racionalização de compras na área do sector da saúde.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Raul Mascarenhas
Presidente do Conselho de Administração


Carla Reis Santos
Vogal do Conselho de Administração

Principais Indicadores de Gestão (Dez 2011)

Área	Indicador	2011	Metodologia		Fonte
			Numerador	Denominador	
Financeira	Valor total do Ativo (euros)	8.674.311,94			Demonstrações Finnaceiras (Provisórias)
	Valor total do Passivo (euros)	2.891.549,83			
	Valor total do Capital Próprio (euros)	5.782.762,11			
	Valor total dos Rendimentos Operacionais (euros)	9.184.032,67			
	Valor total dos Gastos Operacionais (euros)	9.153.129,56			
	EBIT (Resultados Operacionais) (euros)	30.903,11	(Receitas operacionais - custos operacionais)		
			-		
			custos administrativos		
	Rendibilidade do Capital Próprio (%)	0,53	EBIT	Capital Próprio	
	EBITDA (euros)	37.203,07	EBIT + Amortizações + Provisões		
	Margem EBITDA (%)	0,41	EBITDA	Rendimentos Operacionais	
	Resultado Líquido (euros)	25.687,33			
	Margem Líquida	0,28	Resultado Líquido	Rendimentos Operacionais	
	Autonomia financeira (%)	66,7	Capital Próprio	Ativo Total Líquido	
Liquidez geral	2,96	Ativo Circulante: Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos de Curto Prazo: Dívidas a terceiros de Curto Prazo		
Rácio de Solvabilidade	2,00	Capital Próprio	Passivo		
Compras	% valor total de compras efetuadas através na Vortal (%)	88,4	Valor de compras na Vortal	Valor total de compras	Processos Internos
	% de compras por Concursos Públicos (%)	1,7	Valor dos Concursos Públicos	Valor total de compras	
	% de compras por Ajustes Diretos (%)	25	Valor dos Ajustes Diretos	Valor total de compras	
	% de compras por Convite ao abrigo do art.º259 (%)	72,9	Valor dos Convite ao abrigo do art.º259	Valor total de compras	
	% de compras por Acordos Quadro (%)	0	Valor dos Acordos Quadro	Valor total de compras	
	Valor das poupanças geradas com os Leilões realizados (euros)	0	-	-	
Gestão de Clientes	Valor total facturado aos clientes (euros)	9.087.646			Demonstrações Finnaceiras
	Prazo médio de pagamento (dias)	96,94	Fornecedoresx365	Compras e FSE	
	Prazo médio de recebimento (dias)	95,31	Clientesx365	Vendas e Prestação de Serviços	

Área	Indicador	2011	Metodologia		Fonte
			Numerador	Denominador	
	Quociente de posicionamento relativo	0,98	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento	
CPA/CAPS	Número de CPA homologados (nº)	6.558	Contagem		Back Office do CAPS
	Nº de visitas ao CAPS (nº)	64.321	Contagem		Back Office do CAPS
	% de cobertura do CAPS (medicamentos)	10,4	Nº de CHNM no CAPS	Nº de CHNM para medicamentos autorizados, AEX e AUEs	Back Office do CAPS + Infarmed
	% do valor de aquisições de medicamentos em CAPS no total de compras de medicamentos em meio hospitalar (%)	68,7	Valor total de compras de medicamentos em CAPS nos Hospitais SNS	Valor total de compras de medicamentos nos Hospitais SNS	Back Office do CAPS + Infarmed
TIC	Indicadores de acompanhamento de projetos				
	% de entregáveis realizados dentro dos prazos	30	Entregáveis no prazo	Total de entregáveis	EPM
	% desvio de custos do projecto	35	Custo Estimado	Custo Real	EPM
	% de produtos não aceites durante a 1ª entrega	20	Total de produtos rejeitados	Total de Produtos	EPM
	Indicadores de níveis de serviço				
	% de Tickets abertos que chegaram ao helpdesk resolvidos no tempo previsto	98	Total de Tickets resolvidos no tempo previsto	Total de Tickets abertos	HP OpenView
	% de horas de indisponibilidade do sistema (por projeto)	2	Total Horas de Indisponibilidade	Total de Horas	Registo da Gestão Operacional
	% de tickets abertos com prioridade alta- resposta em 4horas e respondidos dentro do prazo	86	Pedidos respondidos	Total de Pedidos	HP OpenView
Recursos Humanos	Nº de trabalhadores	210	Contagem		RHV
	Dias totais de absentismo laboral	1270	Contagem		RHV
	Nº médio de dias de absentismo laboral	6	Dias totais de absentismo laboral	Nº de trabalhadores	RHV
	Taxa de absentismo laboral (%)	3	Nº de dias de ausência	Nº de dias trabalháveis	RHV